

**DECRETO Nº 675, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2013.**

“Dispõe sobre a instituição de processo seletivo simplificado para o preenchimento dos empregos temporários de Médico e de Enfermeiro para o Programa Saúde da Família - PSF e dá outras providências”.

**FABRÍCIO DONIZETTI VANZELLI**, Prefeito Municipal de Trabiju, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

**RESOLVE:**

**CONSIDERANDO** que há necessidade de se efetuar as contratações de dois médicos e de dois enfermeiros para desempenharem as funções e atribuições decorrentes do convênio firmado entre este Município e a Secretaria Estadual de Saúde/Ministério da Saúde, que tem por objetivo à execução das ações e metas do Programa Saúde da Família – PSF, nesta cidade, pelo período máximo de dois anos.

**CONSIDERANDO** as normas contidas na Lei Municipal nº 150/05 e nas demais legislações vigentes, pertinente à matéria.

**CONSIDERANDO** as normas gerais que regem os processos públicos para preenchimento das funções e ou empregos de caráter temporário na administração pública, em especial a legislação acima mencionada,

**DECRETA:**

**Art. 1º**-Fica instituído o Processo Seletivo Simplificado nº 03/2013 para provimento dos empregos públicos temporários de Médico PSF e Enfermeiro PSF, cuja investidura dependerá de aprovação prévia em seleção pública de provas, de títulos e de exame médico que avaliará a capacidade física e mental do candidato, para posterior admissão.

§ 1º-A prova objetiva e o exame médico serão eliminatórios.

§ 2º-O candidato, no ato da inscrição, deverá satisfazer as condições e demais exigências contidas no Edital de Convocação; se aprovado for, o candidato desempenhará suas funções e atribuições junto a Unidade Básica de Saúde Manoel Morales, onde exercerá sua jornada de trabalho, cumprindo, assim, as obrigações assumidas pelo Município quando da assinatura do referido convênio.

§ 3º-O processo seletivo terá o prazo de vigência de dois anos, contados de sua homologação; a contratação temporária dos aprovados não será superior a esse período, vedada à prorrogação.

§4º-A contratação em questão será regida pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

§ 5º- Somente serão contratados os candidatos que forem aprovados e classificados em primeiro e segundo lugares, de cada um dos empregos temporários; em relação aos demais, haverá apenas uma simples expectativa de contratação.

**Art. 2º**-Ficam nomeados os servidores públicos municipais de nomes **Delacyr Marcelino Polônio Júnior - RG nº 21.529.924-SSP/SP, Rafaela Franco Varela – RG nº 46.061.366-2-SSP/SP e Eunice Pontieri – RG nº 18.290.400-SSP/SP** para constituírem, sob a presidência do primeiro e, secretariada, pela segunda, a Comissão de Seleção, devendo esta Comissão estabelecer as instruções especiais que disciplinarão a realização do processo de seleção em conformidade com a legislação vigente.

**Art. 3º**- Caberá a Comissão de Seleção, nomeada e designada no artigo anterior, providenciar as normas gerais que regerão este Processo Seletivo, bem como expedir o Edital de Convocação e dar ampla e geral publicidade dos atos a todos os interessados.

**Art. 4º**- Os candidatos aprovados serão classificados na forma e termos especificados no Edital de Convocação.

§ 1º- Do Edital constará o conteúdo programático e referência bibliográfica para a realização da prova objetiva.

§ 2º-Na hipótese de empate entre candidatos, prevalecerão, nesta ordem, os seguintes critérios de desempate:

- a)- maior idade;
- b)- maior número de filhos menores de 18 anos;
- c)- sorteio.

**Art. 5º**- Os membros participantes da Comissão referida no artigo 2º não serão remunerados a esse título.

**Art. 6º**-As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente.

**Art. 7º**-Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Trabiju, 06 de novembro de 2013.

**FABRÍCIO DONIZETTI VANZELLI** - Prefeito Municipal  
Registrado, publicado e afixado na Secretaria e no átrio desta Prefeitura Municipal na data supra, nos termos do artigo 85 da Lei Orgânica Municipal.

Rafaela Franco Varela - Secretária Municipal em Exercício